



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004263-07.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **PEDRO PARRA FLORES**
 Requerido: **Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

O autor alega que sua linha telefônica, utilizada em seu estabelecimento comercial, era nº 3201-1719, até que o aparelho fornecido pela ré apresentou defeito, tendo sido repostado somente três meses depois, com a **equivocada e não solicitada substituição do nº da linha para 16-3116-9110**, fato que o autor somente soube após clientes informarem que, ao telefonarem para o nº 3201-1719, ouvia-se a mensagem "telefone temporariamente fora de serviço". O autor diz que, diante de tal fato, telefonou para a ré, que **voltou ao nº correto**, porém **encaminhou cobranças relativas ao nº errado, jamais utilizado**, que culminaram com a **negativação indevida do autor**.

A **leitura da contestação** mostra-nos que a ré **não impugnou especificamente as alegações do autor**, especialmente a de que jamais solicitou a alteração no número da linha telefônica, fato de que só teve conhecimento por informação da própria ré, quando telefonou para reclamar da mensagem que os clientes recebiam ao telefonarem para o número correto, que deveria estar habilitado.

O momento para se articular defesa a propósito é o da apresentação da resposta, ocasião em que "compete ao réu alegar ... toda a matéria de defesa" (art. 300, CPC), inclusive com o ônus da impugnação específica – não se admite defesa genérica -, sob pena de **presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial** (art. 302, caput, in fine, CPC).

Saliente-se que não se está diante de exceção legal em que admitida a arguição a posteriori (art. 303, CPC) ou que não prevaleça o ônus de impugnação específica (incisos e parágrafo único do art. 302, CPC).

Admite-se, pois, que **os fatos se passaram como narrado pelo autor**.

O ônus da impugnação específica guarda relação com o **dever de cooperação** das partes no concernente à cognição judicial. Se uma das partes expõe que os fatos se passaram de determinada forma, **o mínimo que se exige da outra é que enfrente tal alegação, confessando ou impugnando tais fatos e, nesta última hipótese, que exponha a sua narrativa a respeito da dinâmica dos acontecimentos**. A ausência de tal impugnação específica acarreta-lhe consequência processual de relevo, qual seja, a **presunção de veracidade dos fatos vertidos na inicial**.

Humberto Theodoro Júnior afirma que: "Diante do critério adotado pela legislação processual civil, os fatos não impugnados precisamente são havidos como verídicos, o que dispensa a prova a seu respeito. Quando forem decisivos para a solução do litígio, o juiz deverá, em face da não impugnação especificada, julgar antecipadamente o mérito, segundo regra do art. 300, nº I". (Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, Vol. I, 53ª Ed. Forense, 2012. Pg. 402)

Para Marinoni: "Competirá ao réu, na contestação manifestar-se precisamente sobre todos os pontos de fato indicados pelo autor em sua causa de pedir, impugnando-os


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

precisamente (art. 302 do CPC). Todos os pontos de fato, que constituem a causa petendi da ação do autor, que não forem impugnados pelo réu em sua contestação, serão tidos como verdadeiros, incidindo sobre eles presunção legal, a torná-los indiscutíveis no processo (e, portanto, não sujeitos a prova). Tem, assim, o réu, o ônus da impugnação específica de todos os fatos apontados pelo autor em sua petição inicial, incumbindo-lhe manifestar-se precisamente sobre cada um dos fatos da causa.” (Marinoni, Luiz Guilherme. Processo de Conhecimento/ Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart. – 8. Ed. Revista dos Tribunais, 2010. Pg. 135/136)

Leciona Moacyr Amaral Santos que: “Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial (Cód. cit., art. 302). Essa disposição da lei faz ver que ao réu insta apreciar, com precisão, os fatos em que o autor fundamenta o seu direito e o seu pedido. Ao enfrentá-los, cabe-lhe impugná-los, confessá-los ou admiti-los. Impugnando-os, terá que dar as razões da impugnação, isto é, dizer por que não são verdadeiros ou por que, na verdade, são diversos dos fatos expostos pelo autor. (Santos, Moacyr Amaral, 1902-1983. Primeiras linhas de direito processual civil, vol. 2 – 26. Ed. Por Maria Beatriz Amaral Santos Kohnen São Paulo : Saraiva, 2010. Pg. 254)

Wambier aduz que: “O art. 302, caput, expressa o ônus que tem o réu de impugnação específica dos fatos narrados na petição inicial. Nas alegações da contestação, cabe ao réu manifestar-se precisa e especificamente sobre cada um dos fatos alegados pelo autor, pois são admitidos como verdadeiros os fatos não impugnados. Disso resulta não ser admissível contestação por negativa geral, em que o réu apenas afirma que os fatos alegados pelo autor não são verdadeiros. O ônus da impugnação específica exige que o réu, além de manifestar-se precisamente sobre cada um deles, expresse fundamentação em suas alegações, ou seja, cumpra ao réu dizer como os fatos ocorreram e porque nega os fatos apresentados pelo autor. (Wambier, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil : teoria geral do processo e processo de conhecimento, volume 1 / Luiz Rodrigues Wambier, Eduardo Talamini – 11. ed. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2010.

Tem-se então a **inexistência dos débitos relativos a linha não contratada**, assim como, conseqüentemente, a **exclusão definitiva das negativas**.

Se a dívida inexistente, então foi indevida a negativação. Ora, **nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova** (STJ: AgRg no AREsp 628.620/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 04/05/2015; AgRg no AREsp 501.533/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 13/06/2014; REsp 1059663/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 17/12/2008).

No mais, à época desta restrição discutida nos autos, ocorrida em (= tornada pública) em 15/03/2015, o autor não estava negativado, como vemos às fls. 43/44. A sua última negativação havia sido levantada em outubro de 2014. Tais fatores **afastam a incidência da Súm. 385, do STJ**, pois as dívidas preexistentes já haviam sido quitadas e o autor não estava negativado na data da inscrição indevida.

Extraí-se então a ocorrência dos danos morais decorrentes do abalo ao crédito, o que ofende a honra objetiva. Segundo critérios de razoabilidade, a indenização é arbitrada em R\$ 3.000,00.

Ante o exposto, julgo procedente a ação e (a) confirmada a liminar, desconstituo definitivamente a negativação do nome do autor, promovida pela parte ré **CLARO S/A** (b) declaro a inexistência de qualquer débito, do autor à ré, relativamente à linha 16-3116-9110 (c) condeno a ré a pagar ao autor R\$ 3.000,00, com atualização monetária desde a presente data, e juros moratórios desde a negativação em 15/03/2015.

Fica(m) desde já o(s) réu(s) intimado(s), com a simples publicação desta no DJE,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

P.R.I.

São Carlos, 15 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**